



SUMÁRIO

ETAPA 3 – APROVAÇÃO

FASE 6 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIA

1.1 - INTRODUÇÃO	2
2 - PROPOSTA PROJETO DE LEI DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	3
AÇÃO 1 – REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL E LEGISLATIVO	11
ANEXOS	14
AÇÃO 2 – ELABORAÇÃO DAS AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS	12
2.1 - AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS	12
2.1.1 - Abastecimento de Água Potável	12
2.1.2 - Esgotamento sanitário	13
2.1.3 - Resíduos sólidos	14
2.1.4 - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas	15
2.1.5. Reserva para Contingências	16
AÇÃO 3 – ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO PRIORITÁRIO	17
3.1 – PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	17



ETAPA 3 – APROVAÇÃO

FASE 6 – AÇÕES PARA EMERGÊNCIA

1.1 - INTRODUÇÃO

O Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico de Herval d'Herval foi elaborado de acordo com a Lei Federal Nº 11.445 de 05/01/2007 que estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico e para a Política Federal de Saneamento Básico, o mesmo foi elaborado com base na ampla discussão com a sociedade, Grupo Consultivo e participação dos Delegados eleitos nas reuniões comunitárias que, através da oficina, elaboraram e definiram as propostas para o PMSB - Herval d'Oeste, a qual foram apresentadas, discutidas e aprovadas na Segunda Audiência/Conferência Pública realizada no dia 20/09/2009. O Projeto de Lei ora apresentado está em versão preliminar, pois o mesmo já passou pela análise do Grupo Consultivo e está em análise na Assessoria Jurídica da Prefeitura podendo ainda sofrer algumas alterações.



2 - PROPOSTA PROJETO DE LEI DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	2
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	2
CAPÍTULO II	3
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	3
CAPÍTULO III	5
DO INTERESSE LOCAL	5
CAPÍTULO IV.....	6
DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	6
CAPÍTULO V.....	6
DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	6
CAPÍTULO VI.....	8
DA GESTÃO PARTICIPATIVA.....	8
CAPÍTULO VII.....	10
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	10
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE HERVAL D'OESTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Política Municipal de Saneamento Básico de Herval D'Oeste tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, melhorar a qualidade de saúde, saneamento público e manter o meio ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e, fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade do saneamento, cabendo a todos o direito de exigir a adoção neste sentido.

Parágrafo Único – O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento deverão incorporar os princípios, diretrizes e prioridades contidos nesta lei.



Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

I – Abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumento de medição;

II – Esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente;

III – Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

IV – Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestrutura e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 3º. A Política e o Plano Municipal de Saneamento Básico – Herval D'Oeste abrange todo o território do Município, devendo o mesmo, estar adequado a política nacional de saneamento básico de acordo com a Lei Federal n.º 11.445/2007, com base nos seguintes princípios fundamentais:



I – Universalização do acesso;

II – Integralidade, compreendida como conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III – Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV – Disponibilidade, na área urbana, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V – Articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VI – Eficiência e sustentabilidade econômica;

VII – Utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

VIII – Transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

IX – Controle social;

X - Segurança, qualidade e regularidade;

XI – Integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.



Art. 4º. O município de Herval D'Oeste poderá realizar programas conjuntos com a União e o Estado, mediante convênios de mútua cooperação, assistência técnica e apoio institucional, com vistas a:

- I – Assegurar a operação e a administração eficiente do serviço de saneamento básico que seja de interesse local e da competência do município;
- II – Implantação progressiva de modelo gerencial descentralizado que valoriza a capacidade municipal de gerir suas ações;
- III – Assistência técnica e o apoio institucional do Estado ao município serão prestados por meio da concessionária e/ou contratada ou órgão municipal detentor do direito de exploração do(s) serviço(s) de Saneamento Básico.

CAPÍTULO III

DO INTERESSE LOCAL

Art. 5º. Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:

- I - o incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;
- II - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras e poluidoras;
- III - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;
- IV - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;
- V - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos sanitários;
- VI - a drenagem e a destinação final das águas;



VII - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;

VIII - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 6º. A execução da Política Municipal de Saneamento Básico, será executada pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, e SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração, e distribuída de forma transdisciplinar em todas as demais Secretarias e órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

Parágrafo único. São instrumentos de execução da política de saneamento básico, os convênios, os contratos de consórcio, os contratos de programas e outros instrumentos previstos em Lei.

CAPÍTULO V

DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 7º. Esta Lei institui o Plano Municipal de Saneamento, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Lei destinada a articular, integrar e coordenar recursos



tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros para execução dos serviços públicos municipais urbanos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, no Município de Herval D'Oeste, em conformidade com o que estabelecido na Lei Federal nº 11.445/2007.

Art. 8º. O Plano Municipal de Saneamento Básico de Herval D'Oeste é composto de: Diagnóstico, Propostas, e definição de ações e metas necessárias para atingir os objetivos, estabelecidos na Matriz de Monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico, Anexo II, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único: Fica definido o tempo de um ano para as ações imediatas, de cinco anos para as ações de curto prazo, doze anos para as ações de médio prazo e vinte anos para as ações de longo prazo, estabelecidos na matriz de monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico – Anexo II, parte integrante desta lei.

Art. 9º. O Plano Municipal de Saneamento Básico foi elaborado para um horizonte de 20 Anos nos termos do Parágrafo 2º, Artigo 52 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 1º - O Plano Municipal de Saneamento, instituído por esta Lei será avaliado anualmente e revisto a cada 4 (quatro) anos, sempre anteriormente à elaboração do Plano Plurianual nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II, Artigo 52 da Lei Federal nº 11.445/2007.



§ 2º - O Poder Executivo Municipal encaminhará a proposta de revisão do Plano Municipal de Saneamento à Câmara de Vereadores, devendo constar as alterações, caso necessário, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente.

§ 3º - Qualquer alteração no Plano Municipal de Saneamento Básico só poderá ocorrer, mediante aprovação em Audiência Pública.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO PARTICIPATIVA

Art.10. A gestão da política do saneamento básico no município pressupõe a participação conjunta e integrada dos diversos agentes envolvidos na política do saneamento, abrangendo os órgãos públicos, as concessionárias, o conselho do meio ambiente, organizações não-governamentais, movimentos sociais e população envolvida, dentre outros, tendo como diretrizes:

I – Criação de mecanismos e instrumentos de planejamento e de financiamento, considerando a especificidade política e social da questão do saneamento, visando, prioritariamente, assegurar proteção a saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural.

II – Promoção de programa de capacitação continuada de técnicos na área de saneamento, em convênio com universidades, centros de pesquisas tecnológicas, entidades de classe, organizações não governamentais, ou com iniciativa privada;

III – Estruturação de um sistema de informações sobre saneamento, articulado ao Sistema de Informação Municipal.



Art.11. A participação da população e de entidades relacionadas com a questão do saneamento básico deve permear cada etapa da implementação e avaliação do Plano Municipal de Saneamento Básico do Município de Herval D'Oeste, através da institucionalização de canais de participação e controle social:

Conferência Municipal de Saneamento Básico.

Parágrafo Único: A conferência Municipal de Saneamento Básico ocorrerá ordinariamente a cada quatro anos, e extraordinariamente quando convocada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 12. São objetivos da Conferência Municipal de Saneamento Básico:

- I - Assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação da política pública de saneamento do Município;
- II - Mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão da política de saneamento do Município;
- III - Sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implantação dos objetivos, diretrizes, programas e ações;
- IV - Integrar conselhos setoriais entre si e com o orçamento participativo;
- VI – Avaliar e fiscalizar as ações contidas no Plano Municipal de Saneamento Básico como medidas prioritárias detalhadas na matriz de monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico – Anexo II, parte integrante desta Lei.



CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados imediatamente após a publicação desta Lei;

I – **De cento e vinte dias**, para o Poder Executivo Municipal promova reformas em sua estrutura administrativa, com o objetivo de conferir plena operacionalidade à aplicação deste Plano Municipal de Saneamento Básico;

II – **De cento e cinquenta dias**, para que o Poder Executivo Municipal elabore e envie ao Poder Legislativo as modificações na legislação municipal que sejam imprescindíveis aos objetivos referidos nos termos do inciso anterior.

Art. 14. Visando a consecução desta Lei, integram os anexos:

Anexo I – Plano Municipal de Saneamento Básico de Herval D'Oeste

Anexo II – Matriz de Monitoramento do Plano Municipal de Saneamento Básico de Herval D'Oeste.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.16. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste/ SC, ____ de _____ de 2010.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal



AÇÃO 1 – REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL E LEGISLATIVO

A ação teve por objetivo reunir o Conselho do Meio Ambiente e Câmara de Vereador para apresentar e discutir a proposta do Projeto de Lei do PMSB, elaborada pela Equipe Técnica da empresa Espaço Urbano e discutida e pactuada, anteriormente, com o comitê consultivo e comitê gestor.

REUNIÃO COM CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL DE LEGISLATIVO





REUNIÃO COM CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL DE LEGISLATIVO



REUNIÃO COM CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL DE LEGISLATIVO





REUNIÃO COM CONSELHO DO MEIO AMBIENTE MUNICIPAL DE LEGISLATIVO





ANEXOS



ANEXO I

ATA DA REUNIÃO COM O CONSELHO DO MEIO AMBIENTE E LEGISLATIVO



ATA DE REUNIÃO COM CONSELHO DO MEIO AMBIENTE E LEGISLATIVO

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e dez, às 19:00 hs, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Herval d' Oeste os membros do Conselho do Meio Ambiente e Vereadores do Município de Herval d' Oeste, conforme lista de presença anexa, para apresentação do Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento. O Presidente da Câmara abre a reunião agradecendo a presença de todos, passa a palavra ao Matemático Dirceu Scaratti que falou rapidamente de como foi construído o Projeto de Lei, passando a seguir, a apresentação do mesmo, por artigos. Também falou que o PMSB terá outras ferramentas como os mecanismos e procedimentos criados para monitoramento e avaliação do Plano. Sem nenhum questionamento dos presentes e a mesma aprovada por todos, encerrou-se a reunião às 19:30 horas, agradecendo-se a presença de todos, fazendo parte desta, a Lista de Presença.



ANEXO II

LISTA DE PRESENÇA



PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Reunião com Câmara de Vereadores e Conselho do Meio Ambiente HERVAL D'OESTE

DATA: 20/10/2010

HORÁRIO: 19hrs

LOCAL: Câmara de Vereadores

OBJETIVO: Socialização do Plano Municipal de Saneamento Básico e Discussão da Proposta do Projeto de Lei.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	REPRESENTATIVIDADE	ASSINATURA
Diretor de Limpeza	Câmara Vereadores	
Diretor de Saneamento	Câmara Vereadores	
Adria Flemming	SIME	
Antonio Celso Romella	Sindicato Rural	
ADELAR J. PRODECK	PRESIDENTE CAM. VER.	
INOCÊNCIO ALVES ALMEIDA	VEREADOR	
Angelo Michelson da Silva	Técnico Administrativo	
Cláudio Koveren	CONDENA	
Armando E. Becker		
IRADO J. SCHINATO	CONDENA	
PAULO FERREIRA	CONDENA	
VALDENAR AMARAL	CONDENA	
Elói Carli	CONDENA	
ALBERTO S. MARTINI	Vereador	
Roberto do Vale	Vereador	
Marcelo Vitorino	Rádio Idem	
Anderson C. de Silva	APIM	
EDUARDO MASCARELO	ACIMO	
Dinoré Simas	E.U.	
Edson Dalmolin	E.U.	
Ana Paula Barteloss	E.U.	



AÇÃO 2 – ELABORAÇÃO DAS AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS

2.1 - AÇÕES PARA EMERGÊNCIAS E CONTINGÊNCIAS

O objetivo essencial do plano de saneamento é o correto atendimento à população com serviços públicos adequados e universais, nos termos das Leis Federais 11.445/07 e 8.987/95. Portanto, a solução dos principais problemas nas situações de emergência ou de contingência diz respeito à alocação de recursos financeiros. Os recursos poderão provir do erário, de financiamentos em geral, ou de parcerias público-privadas na forma de concessões plenas ou parciais, nos termos da lei.

2.1.1 - Abastecimento de Água Potável

As situações emergenciais na operação do sistema de abastecimento de água surgem quando ocorrem paralisações na captação, produção, adução, reservação e distribuição. A eficácia do sistema garante o atendimento pleno das necessidades de fornecimento reduzindo com isso as situações de emergência e de contingência previstas e não-previstas.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada do sistema;
- ✓ Ações de educação ambiental eficaz (consumo consciente);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de técnicas e tecnologias atualizadas;
- ✓ Capacitação continuada da força de trabalho pelo concessionário ou permissionário do(s) serviço(s);
- ✓ Tarificação justa;
- ✓ Controle social;



- ✓ Fundo financeiro de contingência (Estipulado em Contrato ou Estatuto ou próprio);
- ✓ Fonte alternativa de abastecimento (manancial e caminhão pipa)
- ✓ Para as situações provocadas por fatores externos oriundos de estiagem ou enchentes, o titular dos serviços deve aliar-se a Defesa Civil para minimizar seus efeitos.

Para as situações provocadas por fatores externos oriundos de estiagem ou enchentes, o titular dos serviços deve aliar-se a Defesa Civil para minimizar seus efeitos.

2.1.2 - Esgotamento sanitário

As situações emergenciais na operação do sistema de esgotamento sanitário surgem quando ocorre entupimento de redes coletoras, sobrecargas de vazões parasitárias, defeitos nas estações elevatórias e de tratamento de esgotos e emissários.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada do sistema;
- ✓ Ações de educação ambiental eficaz (destino inadequado do esgoto doméstico e da água da chuva);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de técnicas e tecnologias atualizadas;
- ✓ Fiscalização e eliminação de ligações clandestinas de águas pluviais nas redes coletoras;
- ✓ Capacitação continuada da força de trabalho pelo concessionário ou permissionário do(s) serviço(s);



- ✓ Tarifação justa;
- ✓ Controle social;
- ✓ Fundo financeiro de reserva (Estipulado em Contrato ou Estatuto ou próprio);
- ✓ Fonte alternativa de coleta e ou tratamento de esgoto (ETE e limpa fossa).

2.1.3 - Resíduos sólidos

As situações emergenciais na operação do sistema de manejo e disposição final de resíduos sólidos surgem quando ocorrem paralisações de prestação dos serviços, por deficiência dos equipamentos e/ou aterros, por desorganização na sua prestação, ou por greves de trabalhadores.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada dos equipamentos;
- ✓ Ações de educação ambiental eficaz (destino e separação inadequada do lixo);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de técnicas e tecnologias atualizadas;
- ✓ Capacitação continuada da força de trabalho pelo concessionário ou permissionário do(s) serviço(s);
- ✓ Tarifação justa;
- ✓ Controle social;
- ✓ Fundo financeiro de reserva (Estipulado em Contrato ou Estatuto ou próprio);
- ✓ Fonte alternativa de coleta e ou tratamento de esgoto (aterro sanitário e caminhão de coleta reserva).



2.1.4 - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

As situações emergenciais na operação do sistema de microdrenagem ocorrem diante de precipitações pluviométricas elevadas e de enchentes. Não há como evitar tais eventos naturais, mas a adoção de ações adequadas pode evitar áreas de alagamento na área urbana do município.

A predição por parte da Defesa Civil é de suma importância para que seja providenciada a evacuação de populações e bens nas áreas de risco, o atendimento emergencial de acidentes e incidentes, a mobilização do funcionalismo público municipal e da sociedade no atendimento às demandas de atuação pessoal.

Ações de prevenção propostas

- ✓ Manutenção adequada do sistema;
- ✓ Ações de educação ambiental eficaz (destino correto do lixo, materiais e resíduos da construção civil, de limpeza de terrenos e podas de árvores e impermeabilização mínima do solo ocupado);
- ✓ Investimento contínuo em melhorias e ampliações da infraestrutura;
- ✓ Adoção de materiais e mão de obra de qualidade;
- ✓ Tarifação justa;
- ✓ Controle social;
- ✓ Predição da Defesa Civil;
- ✓ Mobilização do funcionalismo público municipal;
- ✓ Atuação jurídico-institucional em decretos de situação de emergência e calamidade pública.



2.1.5. Reserva para Contingências

Para fazer frente a despesas extraordinárias motivadas por situações de emergências relacionadas aos serviços associados ao Saneamento Básico, propõem-se reservas monetárias previstas anualmente em orçamento, assim dispostas:

1.5.1 – Abastecimento de água potável – 0,5% (Zero vírgula cinco ponto percentual) do orçamento das receitas de serviços de abastecimento de água;

1.5.2 – Esgotamento sanitário – 0,5% (Zero vírgula cinco ponto percentual) do orçamento das receitas de serviços de esgotamento sanitário;

1.5.3 – Resíduos sólidos – 2% (dois pontos percentuais) do orçamento contratual da prestação de serviços de coleta e tratamento dos resíduos sólidos urbanos;

1.5.4 – Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) anuais reajustáveis com base no incremento anual orçamentário;



AÇÃO 3 – ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO PRIORITÁRIO

3.1 – PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Elaborado como parte integrante do Plano de Saneamento Básico do Município de Herval d' Oeste, o projeto de esgotamento sanitário foi elaborado para atender a Rua José Rupp e contribuintes a mesma, tendo como extensão 2046 metros de rede com capacidade para atender uma população aproximada de 1.160 pessoas.

O referido projeto foi protocolado e/ou entregue na Prefeitura Municipal no mês novembro, sendo responsável técnica a Engenheira Sanitarista e Ambiental Ana Paula Bortoloso e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) número 3867147-1.